

## Filosofia & política



Por **MARILENA CHAUI\***

*Prefácio do livro póstumo de Gerd Bornheim, recém-lançado.*

### **Gerd Bornheim, filósofo da liberdade**

Esta coletânea dos ensaios de Gerd Bornheim trazem no título filosofia. Nada mais adequado. Com efeito, os ensaios percorrem sempre as questões fundamentais do pensar filosófico para descortinar o sentido ou a prosa do mundo: o que é? (o ser), por que é (a gênese e o devir), como é? (as conexões necessárias, possíveis ou contingentes), para que/para quem é? (a finalidade), contra o que/contra quem é? (a negação, a oposição, a contradição e sobretudo as antinomias).

É, pois como questão filosófica que Gerd Bornheim se acerca do segundo tema do título, política. Nada mais significativo que o grande ensaio sobre “As medidas da liberdade” se inicie com Platão e Aristóteles e termine em Marx.

A laboriosa e precisa apresentação deste livro feita por Gaspar Paz e Tayanã Targa dispensa um prefácio que abarque todos os temas desenvolvidos por Gerd Bornheim. Por isso, aqui, me voltarei muito brevemente para uma questão que ocupou o autor desde seus inícios: a da liberdade.

#### **1.**

É instigante que Gerd Bornheim intitule seu ensaio “As medidas da liberdade”. Por que instigante? Por que temos a tendência a considerar que a liberdade é imensurável. Pelo contrário, enfatizando a ideia de antinomia (portanto de uma oposição que não se resolve nunca em contraposição à apaziguadora contradição hegeliana), Gerd Bornheim examina a liberdade em sua relação permanente e inarredável com a não-liberdade, que lhe impõe medidas (biológicas, psicológicas e sociológicas).

Esse percurso se inicia com a referência aos filósofos gregos que, apesar da democracia e dos escritos ético-políticos, nunca se interessaram pela liberdade como questão, bastando lembrar que a pergunta socrática “o que é?”, nunca levou a um diálogo platônico sobre ela e que Aristóteles lhe dedicou apenas um pequeno parágrafo.

Em contrapartida, tudo muda de figura com advento do cristianismo e suas marcas principais: o vínculo entre o livre-arbítrio e o pecado original (levando à ideia de servo-arbítrio) e a teologia da predestinação. Esta última é, portanto, a invenção da primeira medida limitadora da liberdade.

Ora, explica Gerd Bornheim, eis o problema que René Descartes deverá enfrentar, uma vez que afirma a liberdade ser evidente, que somos senhores de nossa ação e que nossa perfeição está em dispor do livre-arbítrio. Eis porque, embora aceite a teologia da predestinação, recomenda que se tome distância com relação a ela. Assim, por ser infinita (e não ser má ou serva), a vontade livre, lemos na “Quarta Meditação”, se precipita e causa o erro; no entanto é por livre vontade que

o pensamento institui a dúvida metódica, conduzindo ao conhecimento verdadeiro, e é por livre vontade, lemos nas *Paixões da Alma*, que podemos dominar as paixões.

Com René Descartes, escreve Gerd Bornheim, nascem a autonomia do indivíduo, o advento da nova filosofia e da nova ciência, a ideia de soberania individual e, numa palavra, o individualismo moderno.

Todavia, a teologia da predestinação encontra um caminho para reaparecer como algo laico: ressurge na antinomia kantiana entre necessidade e liberdade. Eis o aparecimento de uma nova medida.

Apesar do “Eu puro” de Fichte e do percurso da eticidade hegeliana, a antinomia se torna insuperável quando uma nova laicização da predestinação encontra um novo caminho com a biologia, a psicologia, a história e a sociologia e, mais adiante, a psicanálise. Surgem, portanto, novas medidas.

Ora, o que é fascinante no ensaio de Gerd Bornheim é o lugar onde ele situa uma nova relação da liberdade com as medidas da não-liberdade: em lugar de situá-la na filosofia, ele a situa na obra de Friedrich Schiller e, particularmente, nas *Cartas sobre a educação estética do homem* e no emprego do verbo alemão *spielen* (jogar, brincar, tocar um instrumento musical, interpretação teatral de um papel, praticar um esporte, brincadeiras infantis) em que, apesar do rigor das normas, regras ou medidas respeitadas por todos, introduz a espontaneidade e a criatividade individual do agente, como se vê não apenas nas artes, mas também nos tribunais, nas assembleias políticas e nos jogos esportivos.

Essa ideia, que Gerd Bornheim mostra estar presente em Bertold Brecht, o leva às análises de Karl Marx sobre a criatividade do trabalho, impedida pelo capitalismo e pela linha de montagem sob a vigilância taylorista, mas capaz de plenitude no comunismo.

A antinomia contemporânea se encontra no fato de que vivemos sob a contraposição entre duas ideias da liberdade: de um lado, as medidas do livre-arbítrio cartesiano, da autonomia kantiana e da “impertinência satriana” (“estamos condenados à liberdade”) e de outro, o desejo de transgredir todas as medidas.

Eis por que Gerd conclui o ensaio escrevendo: “Sonhe-se, pois, na espera de um novo Schiller”.

## 2.

Gostaria de concluir com algumas reflexões sobre outros textos<sup>[1]</sup> de Gerd sobre o surgimento da ética na modernidade e sobre as antinomias contemporâneas entre duas experiências da liberdade porque permitem uma compreensão alargada do ensaio sobre “As medidas da liberdade”.

É interessante observar que, nesses textos, Gerd Bornheim não toma Kant como referência principal e sim René Descartes. De fato, como para ele o nascimento da ética moderna depende do surgimento da ideia de indivíduo autônomo, é no cogito cartesiano que ele encontra esse momento inaugural e isso sob dois aspectos principais: no da experiência absoluta da subjetividade antes da experiência do absoluto, isto é, de Deus, e, em segundo lugar, no da nova ideia da liberdade como livre-arbítrio.

De fato, a referência prioritária a Descartes torna-se compreensível se nos lembrarmos de que, ao caracterizar a ética, Gerd Bornheim enfatiza a relação entre a particularidade do indivíduo e a universalidade da norma, pois sem a universalidade não pode haver normatividade. A tensão entre o singular espaço-temporal, que é o indivíduo, e o universal, que transcende o espaço e o tempo, sempre foi contornada pela atribuição de uma origem sagrada à norma.

Eis porque a norma deve ser posta como algo que transcende o espaço e o tempo e que seu fundamento deva ser encontrado num universal concreto, qual seja, a divindade, única fonte possível de estabilidade, necessidade e perenidade da norma. Ora, com René Descartes a referência da norma a Deus tende a minimizar-se e quase desaparecer, pois a

experiência do *cogito* é uma experiência absoluta do sujeito antes de sua relação com Deus e nela se afirma pela primeira vez a autonomia do indivíduo.

Por outro lado e como consequência, Descartes também será o primeiro, no mundo cristão, a definir a liberdade pelo livre-arbítrio da vontade e, portanto, pelo poder infinito de decisão que faz do homem senhor de si e senhor da natureza. Isso significa que, a partir de René Descartes, a norma (mesmo que referida em última instância a Deus) terá que encontrar na finitude do homem sua garantia única e pode fazê-lo porque a liberdade da vontade define o homem pela autonomia e, portanto, pelo poder de dar a si mesmo a universalidade da norma. Na interpretação de Gerd Bornheim, caberá a Kant concluir esse processo, cujo princípio é cartesiano.

O sujeito cartesiano, insiste Gerd Bornheim, é historicamente determinado. Em outras palavras, o cogito e o livre arbítrio da vontade, que afirmam a autonomia do indivíduo, só são possíveis no interior de um acontecimento histórico: o “projeto burguês”. Desse projeto, Gerd Bornheim oferece as principais características.

Em primeiro lugar, trata-se do advento da ideia de autonomia do sujeito de que o *cogito* cartesiano é uma das expressões, duas outras podendo ser encontradas no surgimento do retrato, na pintura, e na mudança da forma e do conteúdo da biografia, na literatura. A autonomia do sujeito pressupõe o surgimento do indivíduo e é este que faz sua aparição na pintura e na literatura. Até o início da modernidade, a pintura pintava universais, isto é, pintava tipos; a partir da modernidade, pinta indivíduos singulares concretos, retratos.

Até o início da modernidade, as biografias – vidas de santos e de grandes homens, à maneira de Agostinho e de Plutarco – narravam itinerários exemplares e não os percalços, as aventuras e desventuras de algum indivíduo, mas é exatamente isso que agora é narrado e, sob essa perspectiva, Descartes também é exemplar com a abertura do *Discurso do Método*. Escreve Gerd Bornheim: “o individualismo funciona como uma espécie de a priori, como pressuposto maior que oxigenaria o projeto burguês”. [\[iii\]](#)

Em segundo lugar, a modernidade dá início à valorização do trabalho como condição da constituição da personalidade. Em terceiro lugar, põe como fundamento do indivíduo e do trabalho a propriedade privada e, portanto, em quarto lugar, o capitalismo.

Esses dados históricos, por sua vez determinam dois outros, que formam as duas últimas características apontadas por Gerd Bornheim, quais sejam, o novo sentido dado ao conhecimento humano – isto é, o advento do sujeito do conhecimento como fundamento do objeto do conhecimento e o advento da tecnologia ou da manipulação prática do objeto do conhecimento – e, finalmente, a concepção cartesiana da liberdade como independência e autonomia.

Com esses elementos, Gerd Bornheim pode salientar um outro aspecto da modernidade ou do “projeto burguês”, qual seja, o efeito do ateísmo. De fato, o que o *cogito* e a liberdade cartesianos anunciam é a possibilidade de conceber o indivíduo, sua ação e as normas sem referência a um fundamento divino. Esse abandono do fundamento divino da norma aparece com clareza na concepção moderna do advento da vida política a partir de uma decisão humana, isto é, com o contrato social.

### 3.

Temos, assim, o quadro histórico que nos permite compreender porque, ao fim e ao cabo do processo, Kant só poderia recuperar a universalidade da norma atribuindo-a à autonomia do sujeito moral, mas esvaziando-a de todo conteúdo para deixá-la exprimir-se como pura forma.

A partir de Kant, compreende-se também que Hegel só pudesse expor a eticidade como movimento que vai da bela totalidade ética – plena identidade entre a singularidade do indivíduo e a universalidade da norma – à contradição moderna entre a particularidade do indivíduo e a universalidade da norma quando esta é dotada de conteúdo histórico, contradição que só poderá ser hegelianamente resolvida pela universalidade concreta do Estado.

Se seguirmos as indicações de Gerd Bornheim, podemos dizer que a ética procura definir antes de tudo a figura do agente ético e de suas ações bem como o conjunto de normas que balizam o campo de uma ação que se considere ética. A partir da modernidade, o agente ético é pensado como sujeito ético, isto é, como um indivíduo racional e consciente que sabe o que faz, como um indivíduo dotado de livre arbítrio que decide e escolhe o que faz, e como um indivíduo responsável que responde pelo que faz.

A ação ética é balizada pelas normas que permitem a diferenciação do bem e do mal, do justo e do injusto, da virtude e do vício. Assim, uma ação só será ética se for consciente, livre e responsável e será virtuosa se for realizada em conformidade com o bom e o justo. Por seu turno, a ação ética só será virtuosa se for livre e só será livre se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior do próprio agente e não de uma pressão externa.

Enfim, a ação só será ética se realizar a natureza racional, livre e responsável do agente e se este respeitar a racionalidade, liberdade e responsabilidade dos outros agentes, de sorte que a subjetividade ética só pode ser concebida como intersubjetividade.

Evidentemente, como salienta Gerd Bornheim, a ética precisa lidar com a tensão entre o sujeito e a norma, isto é, a exigência de autonomia do sujeito ético pode estar em conflito com a heteronomia que lhe é imposta pelas normas de sua sociedade.

Para que não haja tal conflito será preciso, à maneira kantiana, afirmar que o agente reconhece as normas de sua sociedade como se tivessem sido instituídas por ele próprio enquanto sujeito universal autônomo, pois terá dado a si mesmo sua própria lei de ação. Em outras palavras, a tensão só pode ser resolvida por meio da distinção entre os valores instituídos por uma sociedade e a vontade moral livre a qual não se guia por tais valores particulares e sim por leis e máximas universais, válidas para todo ser racional, uma vez que são instituídas pela razão humana enquanto faculdade prática universal que legisla moralmente para toda a humanidade.

Uma vez que leis e máximas morais nascem da própria razão, todo sujeito moral pode reconhecer-se como autor delas e, enquanto tal, é autônomo. Graças, aliás, a essa universalidade e autonomia, o sujeito moral pode julgar os valores de sua sociedade para determinar quais são éticos (concordam com a razão prática universal) e quais não o são e devem ser rejeitados.

#### 4.

É esse mesmo conflito entre sujeito e sociedade que Jean-Paul Sartre tematiza de maneira radical na peça teatral *A portas fechadas*. A ontologia sartriana<sup>[iii]</sup> funda-se na cisão entre o ser (as coisas, o mundo, os objetos) e o nada (a consciência como pura atividade livre), de tal maneira que aquele que invoca razões e motivos (econômicos, sociais, políticos, religiosos, psicológicos) que o impediriam de ser livre, simplesmente usa de má-fé, pois a liberdade é a definição mesma da essência da consciência.

Ora, em *A portas fechadas*, a liberdade ou a autonomia de cada um é destruída pelo olhar dos outros, perante os quais cada um perde a condição de sujeito e se torna um objeto – cada consciência só pode perceber o outro não como consciência e liberdade, mas como uma coisa no mundo. Donde a expressão célebre: “o inferno são os outros”.

A reflexão sobre a norma, conduz Gerd a uma pergunta precisa. Perante a formalização kantiana, indaga: “O que passa a interessar é a responsabilidade autônoma de cada indivíduo. A soberania da norma, agora totalmente formalizada, nem consegue mais entrar em conflito com a soberania do indivíduo autônomo, tudo dependerá do íntimo de sua consciência; a norma se restringe assim ao ato de cada indivíduo ter de assumir a sua responsabilidade universal. (...). Não obstante a bem-sucedida formalização kantiana é pertinente que se pergunte: cabe falar em uma ética destituída de normatividade, alheia ao dever-ser dos velhos valores objetivos?”<sup>[iv]</sup>

# a terra é redonda

A resposta de Gerd Bornheim será negativa, mas de maneira surpreendente e muito original. Meditando sobre a história da arte, observa que a norma estética passou por uma história bastante semelhante à da norma ética. Havia, antes da modernidade, a norma absoluta, referida à beleza das coisas absolutas e que fazia da arte a manifestação do esplendor da verdade divina.

A modernidade, porém, introduziu regras racionais estáveis que passaram a nortear a obra de arte sem a referência ao absoluto e ao divino. E, no século XX, desapareceu a própria idéia de uma estética normativa, pois a única norma para a arte tornou-se a “criatividade do artista”. A estética normativa e transcendente cedeu lugar a uma estética imanente ao ato artístico (aquela de Schiller, apresentada em “As medidas da liberdade”). O mesmo poderia ser dito no caso da ética.

Escreve Gerd Bornheim: “A criatividade transfere-se agora para o campo da ação moral do indivíduo, e transforma-se então em responsabilidade. Deixo claro: a criação estaria para a obra de arte assim como a responsabilidade estaria para a ação moral. Neste ponto, Sartre foi sem dúvida o filósofo mais contundente. Se Deus existe, diz ele luteranamente, o homem perde a sua liberdade. Como Deus não existe, conclui ele satiricamente, o homem não só é livre como deve assumir sua liberdade absoluta. E acrescento: liberdade absoluta quer dizer antes de tudo responsabilidade absoluta. Por aí a norma desfalece em sua própria razão de ser. Assim mesmo, continua de pé (...) a questão dos limites de tal responsabilidade, de sua possível extensão – extensão no sentido mais preciso da palavra: o geográfico e o histórico”.[\[v\]](#)

Onde se encontra o radicalismo de Jean-Paul Sartre? Responde Gerd Bornheim: em ter coroado o “projeto burguês” e levado às últimas conseqüências a tese cartesiana da autonomia do sujeito. Ora, isso significa, de um lado, que nele encontramos uma meditação radical sobre a liberdade entendida como liberação do homem, mas também, de outro, que ele aponta “para a gravidade da crise dentro da qual nos movemos”.

Qual é a crise em que nos movemos? “Realmente, ter-se-ia de perguntar o que é feito hoje daquela esplêndida autonomia. Porque o trabalho se robotiza, o capitalismo se batiza de selvagem, a liberdade tropeça em seu próprio absurdo, e por aí afora”.[\[vi\]](#)

Reencontramos, assim, “As medidas da liberdade”, quando Gerd Bornheim indaga: como continuar afirmando a autonomia e a responsabilidade absoluta do sujeito depois da descoberta do inconsciente por Freud? Como manter a distinção kantiana do homem como ser sensível e supra-sensível depois da biologia genética?

Como, depois de Marx, esquecer a determinação econômica, social e histórica da ação dos homens? Como esquecer que a primeira apresentação da intersubjetividade feita na filosofia é a dialética hegeliana do senhor e do escravo e a luta mortal das consciências?

Na verdade, diz Gerd Bornheim, o homem contemporâneo se vê às voltas com duas concepções contraditórias da liberdade: “Pois, de um lado, o homem moderno vive a liberdade como forma da experiência absoluta: ele se faz um ser autônomo, independente e a liberdade lhe pertence como um bem maior. (...). E no entanto, de outro lado, o homem ainda que habitado pelas ânsias dessa liberdade total a transgredir todos os limites, admite também, nas mais simples experiências da cotidianidade contemporânea, o reconhecimento das fronteiras condicionantes da liberdade, simplesmente porque esse homem frequenta o médico, as perquirições psicanalíticas, e aflige-se com os avassaladores conflitos do mundo social e político”.

**\*Marilena Chaui** é professora Emérita da FFLCH da USP. Autora, entre outros livros, de *Cidadania cultural: política cultural e cultura política novas* (Autêntica) [<https://amzn.to/3T98Ywk>]

## Referência



Gerd Borheim. Filosofia & política. Organização: Gaspar Paz & Tayanã Targa. Vitória, EDUFES, 2025, 280 págs. [[Neste link](#)]

## Notas

[i] Gerd Borheim “Notas para o estudo de uma ética enquanto problema”, in: *Metafísica e finitude*. São Paulo, Perspectiva, 2001; “O sujeito e a norma”, in A. Novaes (org.) *Ética*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992; *O avesso da liberdade*. São Paulo, Cia das Letras, 2002.

[ii] G. Borheim “O sujeito e a norma”, op. cit., p. 249.

[iii] Gerd A. Borheim. *Sartre*, Parte I, São Paulo, Editora Perspectiva, 1971.

[iv] G. Borheim “Notas para o estudo de uma ética enquanto problema”, op. cit., p. 33

[v] Idem, ibidem p. 34.

[vi] G. Borheim “O sujeito e a norma”, op. cit., p. 256.

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.**

**Ajude-nos a manter esta ideia.**

**[CONTRIBUA](#)**

<https://edufes.ufes.br/items/show/758>